

## UM OLHAR SOBRE A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NO MANEJO DA INTOXICAÇÃO EXÓGENA

### A LOOK AT PRIMARY HEALTH CARE: STRATEGIES AND CHALLENGES IN THE MANAGEMENT OF EXOGENOUS POISONING

### UNA MIRADA A LA ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD: ESTRATEGIAS Y DESAFÍOS EN EL MANEJO DE LA INTOXICACIÓN EXÓGENA

**Daniela Vieira Barbosa**

Acadêmica de medicina, Afya – Faculdade de Ciências Médicas de Garanhuns, Brasil  
E-mail: [barbosadanielavieira@gmail.com](mailto:barbosadanielavieira@gmail.com)

**Mirelle Silva Burgos**

Mestra em Psicologia PRISMAL, Especialista em Atenção Hospital e Educação em Saúde, Graduada em Psicologia, Docente Afya – Faculdade de Ciências Médicas de Garanhuns, Brasil  
E-mail: [mirelle.burgos@afya.com.br](mailto:mirelle.burgos@afya.com.br)

**Felipe da Silva Santos**

Acadêmico de medicina, Afya – Faculdade de Ciências Médicas de Garanhuns, Brasil  
E-mail: [felipesantos0498@gmail.com](mailto:felipesantos0498@gmail.com)

**Jhuan Davyd Rodrigues Viana**

Acadêmico de medicina, Afya – Faculdade de Ciências Médicas de Garanhuns, Brasil  
E-mail: [jhuanviana@gmail.com](mailto:jhuanviana@gmail.com)

**Suzane Lara Soares De Araújo**

Acadêmica de medicina, Afya – Faculdade de Ciências Médicas de Garanhuns, Brasil  
E-mail: [suzanelsoares@gmail.com](mailto:suzanelsoares@gmail.com)

#### Resumo

**Introdução:** A intoxicação exógena, caracterizada pela entrada de substâncias tóxicas no organismo, é causa frequente de atendimentos emergenciais, com impacto relevante na saúde pública. O suicídio, segundo a OMS, é a segunda principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos, sendo as tentativas por intoxicação um método crescente pelo fácil acesso aos agentes. **Objetivo:** Investigar o acompanhamento de pacientes com tentativas de suicídio por intoxicação exógena na APS do Agreste Pernambucano, analisando fatores de risco, lacunas no manejo e subnotificação, além de propor estratégias preventivas e de integração com a Atenção Secundária. **Metodologia:** Estudo observacional e transversal com 40 profissionais de UBS de Garanhuns–PE, por meio de revisão bibliográfica e questionário semiestruturado. **Resultados:** A anamnese foi o principal recurso de avaliação inicial, com foco em sinais gastrointestinais, neurológicos e respiratórios. A Escala de Glasgow foi pouco utilizada e a contrarreferência esteve ausente em 95% dos casos. A maioria das UBS carece de protocolos específicos. **Conclusão:** Evidencia-se a necessidade de capacitação contínua, protocolos padronizados e fortalecimento da rede de cuidados, com foco em prevenção, assistência humanizada e integração entre os níveis de atenção.

**Palavras-chave:** Intoxicação exógena; Atenção Primária à Saúde; Protocolos Clínicos; Saúde Mental.

## Abstract

**Introduction:** Exogenous intoxication, caused by toxic substances entering the body, is a common reason for emergency care and has a significant impact on public health. Suicide is the second leading cause of death among people aged 15–29, with intoxication attempts rising due to easy access to toxic agents. **Objective:** To analyze the follow-up of patients with suicide attempts by exogenous intoxication in Primary Health Care (PHC) in the Agreste region of Pernambuco, identifying risks, management gaps and underreporting, and proposing prevention strategies and integration with Secondary Care. **Methodology:** Observational, cross-sectional study with 40 health professionals from Basic Health Units (BHUs) in Garanhuns–PE, using literature review and a semi-structured questionnaire. **Results:** Anamnesis was the main evaluation tool. Gastrointestinal signs were most frequent, followed by neurological and respiratory ones. The Glasgow Scale was rarely applied, and 95% of cases lacked counter-referral. Most BHUs lacked specific protocols. **Conclusion:** Continuous training, standardized guidelines, and stronger care networks are needed, focusing on prevention, humanized care, and integration across health care levels.

**Keywords:** Exogenous intoxication; Primary Health Care; Clinical protocols; Mental health.

## Resumen

**Introducción:** La intoxicación exógena, causada por la entrada de sustancias tóxicas en el cuerpo, es una causa frecuente de atención urgente y tiene un impacto relevante en la salud pública. El suicidio es la segunda causa de muerte entre jóvenes de 15 a 29 años, siendo los intentos por intoxicación un método creciente por el fácil acceso a estos agentes. **Objetivo:** Analizar el seguimiento de pacientes con intentos de suicidio por intoxicación exógena en la Atención Primaria de Salud (APS) del Agreste de Pernambuco, identificando riesgos, fallas en el manejo y subnotificación, además de proponer estrategias preventivas y articulación con la Atención Secundaria. **Metodología:** Estudio observacional y transversal con 40 profesionales de Unidades Básicas de Salud (UBS) de Garanhuns–PE, mediante revisión bibliográfica y cuestionario semiestructurado. **Resultados:** La anamnesis fue la principal herramienta diagnóstica. Predominaron signos gastrointestinales, seguidos de neurológicos y respiratorios. La Escala de Glasgow fue poco utilizada y el 95% de los casos carecieron de contrarreferencia. Faltan protocolos en la mayoría de las UBS. **Conclusión:** Se requiere capacitación continua, estandarización de conductas y fortalecimiento de la red de atención, priorizando la prevención, la atención humanizada y la integración de los niveles asistenciales.

**Palabras clave:** Intoxicación exógena; Atención Primaria; Protocolos clínicos; Salud mental.

## 1. Introdução

A intoxicação exógena refere-se à introdução de substâncias tóxicas no organismo provenientes de fontes externas. Tais substâncias abrangem um vasto conjunto de agentes, incluindo produtos químicos, medicamentos, venenos e toxinas ambientais. As intoxicações agudas representam uma causa frequente de atendimento em serviços de emergência, com significativo impacto na saúde pública devido aos

elevados custos que impõem aos sistemas de saúde e à sociedade (Hurtado *et al.*, 2024).

O suicídio, por sua vez, é caracterizado como um ato de automutilação com intenção letal. Contudo, a automutilação intencional nem sempre resulta em morte, podendo restringir-se a ideação suicida ou tentativas não fatais (Az; Orhan; Sogut, 2022). Nesse contexto, a Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que o suicídio constitui a segunda principal causa de morte global entre indivíduos de 15 a 29 anos. Nos Estados Unidos, atualmente, figura como a décima causa mais prevalente, com projeções indicando que poderá ascender às primeiras posições até 2030 (Hanuscin *et al.*, 2018; Kasemy *et al.*, 2022).

As tentativas de suicídio por intoxicação exógena têm substituído métodos tradicionais, em razão do acesso facilitado a medicamentos e produtos químicos. Estima-se que os pesticidas, isoladamente, respondam por cerca de um quarto das taxas globais de suicídio. Nos países desenvolvidos, os agentes mais utilizados incluem psicotrópicos, analgésicos, anti-histamínicos, antidepressivos e sedativos-hipnóticos, enquanto, em nações em desenvolvimento, os pesticidas predominam como o meio mais comum (Kasemy *et al.*, 2022).

A identificação de fatores de risco associados ao suicídio é fundamental para orientar estratégias de prevenção e tratamento. Um estudo revelou que indivíduos com tentativas suicidas por intoxicação exógena frequentemente são mulheres jovens, solteiras, com dietas ricas em alimentos gordurosos e em condições socioeconômicas desfavoráveis, como dificuldades financeiras e problemas de saúde mental. Adicionalmente, observa-se uma tendência crescente de intoxicações entre idosos,

tanto de natureza acidental quanto autoprovocada, motivadas por diversas razões (Hernández-Calle *et al.*, 2022; Zheng *et al.*, 2023).

O manejo da depressão e da ansiedade na Atenção Primária à Saúde (APS) tem se mostrado eficaz, aceitável e associado a desfechos positivos para os pacientes. No entanto, a insuficiência de capacitação e de experiência dos profissionais de saúde pode dificultar a identificação dessas condições em casos de tentativas suicidas agudas (Ashcroft *et al.*, 2024; Moreno; Moreno, 2024).

Nesse cenário, esta pesquisa foi motivada pela necessidade de compreender o processo de acompanhamento na APS de pacientes que tentam ou tentaram suicídio por intoxicação exógena, considerando que o atendimento frequentemente ocorre na Atenção Secundária. Tal entendimento é essencial para aprimorar a eficácia do sistema de saúde, promovendo uma abordagem integrada que abranja desde a detecção precoce até o seguimento contínuo desses casos.

Além disso, o estudo preenche uma lacuna significativa no campo da saúde, ao abordar a possibilidade de subnotificação de tentativas de suicídio por intoxicação exógena tratadas exclusivamente na Atenção Secundária, sem continuidade na APS. Também contribui para delinear o perfil epidemiológico desses casos, destacando os principais fatores de risco e fornecendo subsídios para enfrentar esse desafio.

Portanto, este trabalho reveste-se de relevância ao investigar as intoxicações exógenas no contexto do Agreste Pernambucano, oferecendo fundamentação científica para o desenvolvimento de ações de prevenção e promoção da saúde na APS. Assim, contribui para a redução das tentativas de suicídio por essa via e fortalece a articulação entre referência e contrarreferência com a Atenção Secundária, potencializando essas iniciativas.

## 2. Metodologia

Trata-se de um estudo observacional, transversal, de abordagem quantitativa, realizado entre os dias 01 e 14 de dezembro de 2024 em 41 Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Garanhuns, Pernambuco, região Nordeste do Brasil, com profissionais de saúde da APS. A pesquisa foi dividida em duas etapas. Inicialmente, foi realizada uma revisão da literatura nas principais bases de dados em Ciências da Saúde para embasamento teórico e elaboração do instrumento de coleta de dados. A busca foi orientada por descritores dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).

Posteriormente, foi aplicado um questionário semiestruturado elaborado pelos pesquisadores com o objetivo de analisar as estratégias utilizadas pelos profissionais de saúde da APS no manejo de intoxicações exógenas. O instrumento de coleta foi construído com base na literatura científica e organizado em quatro blocos temáticos: caracterização profissional; avaliação inicial e investigação diagnóstica; tratamento, intervenção e monitoramento; e prevenção, educação e desafios assistenciais. O questionário continha perguntas fechadas de múltipla escolha, questões dicotômicas e perguntas abertas destinadas à obtenção de informações complementares.

O questionário incluiu questões relacionadas ao fluxo de referência e contrarreferência dos pacientes atendidos por intoxicação exógena. A informação referente à ausência de contrarreferência em 95% dos casos foi obtida a partir das respostas dos profissionais sobre o recebimento de informações da atenção secundária após o encaminhamento dos pacientes para serviços de maior complexidade.

A amostra foi composta por 40 profissionais de saúde da APS, selecionados por conveniência. Foram incluídos profissionais atuantes nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município, independentemente do sexo, idade e tempo de atuação profissional, que concordaram em participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos os profissionais que não atuavam nas UBS do município ou que recusaram a participação. Participaram do estudo 33 médicos (82,5%) e 7 enfermeiros (17,5%), todos integrantes das equipes de APS do município.

Os autores comprometeram-se com o cumprimento dos princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, mediante obtenção do consentimento livre e esclarecido dos participantes após informação sobre os objetivos do estudo, garantia de confidencialidade das informações fornecidas, ausência de custos ou danos decorrentes da participação e liberdade para desistência em qualquer etapa da pesquisa.

A privacidade dos participantes e o sigilo das informações foram assegurados durante todas as etapas do estudo. A pesquisa foi iniciada somente após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 82014524.8.0000.9667, em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Os dados coletados foram organizados em planilhas eletrônicas e submetidos à análise descritiva, sendo apresentados por meio de frequências absolutas e relativas, tabelas e gráficos. Não foram realizados testes estatísticos inferenciais, considerando o caráter exploratório da pesquisa e o objetivo de descrever as estratégias utilizadas pelos profissionais da APS no manejo de intoxicações exógenas.

**Tabela 1.** Distribuição dos profissionais participantes segundo categoria profissional (N=40).

| Categoria profissional | Número | %    |
|------------------------|--------|------|
| Médicos                | 33     | 82,5 |
| Enfermeiros            | 7      | 17,5 |
| Total                  | 40     | 100  |

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

### 3. Resultados e Discussão

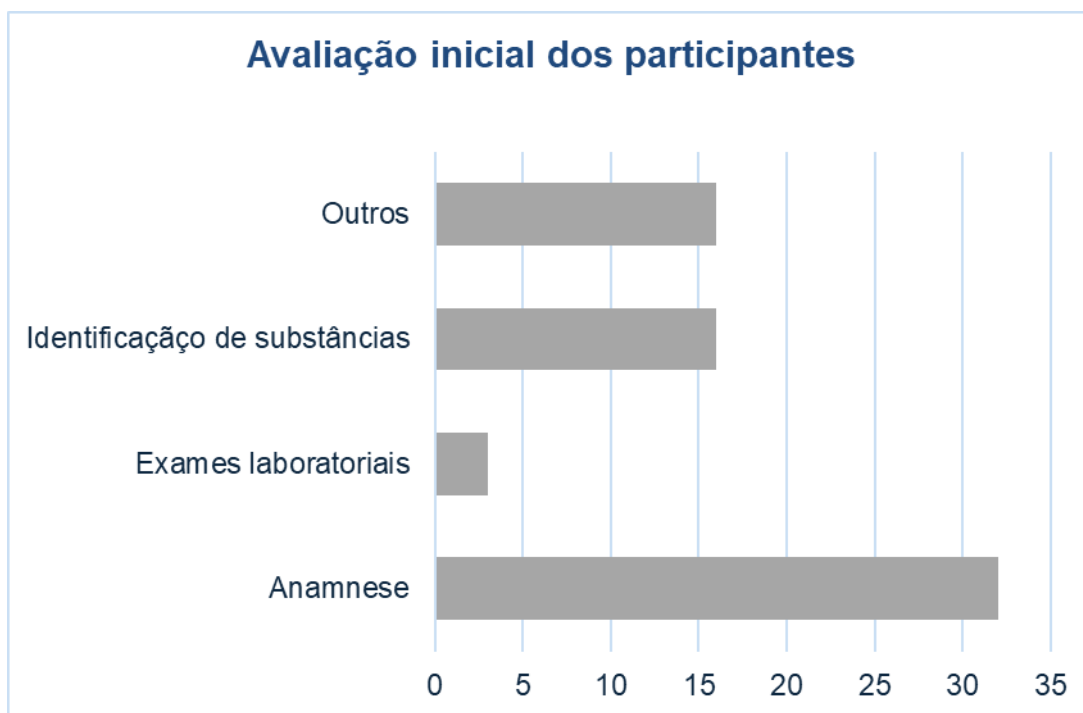
Os resultados desta pesquisa delineiam as práticas e os desafios enfrentados pelas Unidades Básicas de Saúde no manejo de intoxicações exógenas, posicionando a avaliação inicial como etapa crucial para o diagnóstico e a condução terapêutica. A análise dos dados revela tanto as estratégias predominantes adotadas pelos profissionais de saúde, como a anamnese e o encaminhamento hospitalar, quanto lacunas expressivas, a exemplo da reduzida solicitação de exames laboratoriais e da ausência de protocolos padronizados. Esses achados são discutidos em diálogo com a literatura, que sublinha a relevância de uma abordagem integrada e qualificada para aprimorar a assistência na APS.

#### Avaliação Inicial

De acordo com o levantamento dos dados, pode-se perceber que, no momento inicial da avaliação de casos de intoxicação exógena, a anamnese é realizada como principal ferramenta para detecção. Seguida pela identificação de substâncias tóxicas e outros encaminhamentos, tais como: transferência para unidades hospitalares, aferição de sinais vitais associado ao encaminhamento para hospitais, exame físico, e, em 6 Unidades Básicas de Saúde não houve registro de casos. No gráfico 1 pode-se

inferir que apenas 3 profissionais mencionam realizar solicitação de exames laboratoriais no momento da avaliação inicial.

**Gráfico 1:** Avaliação Inicial - Frequência das informações registradas na avaliação inicial (n = 40 participantes).



**Legenda:** Respostas múltiplas permitidas. Os participantes puderam apresentar mais de uma categoria de informação durante a avaliação inicial; portanto, a soma das frequências excede o total da amostra (n = 40).

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Corroborando Carvalho Carvalho *et al.* (2025), a primeira tomada de decisão na avaliação inicial é analisar o histórico clínico. Nesse contexto, conforme Vieira e Pacheco (2024), faz-se necessário confrontar as informações sempre que seja realizada qualquer tipo de pergunta, tendo em vista que, em alguns casos – principalmente para pessoas com o desejo de tirar sua própria vida – é questionável.

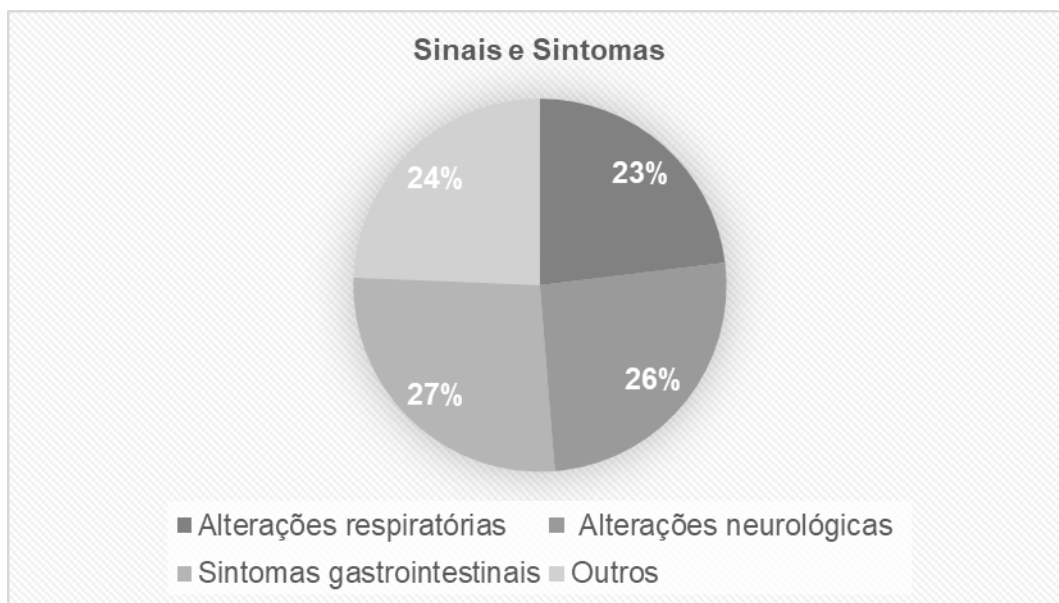
Por essa razão, vale considerar e ressaltar a importância da realização de um exame físico minucioso e com perguntas repetidas, objetivando um diagnóstico preciso.

Como apontado, os exames laboratoriais foram esquecidos na investigação de pacientes com intoxicação exógena. De acordo com Pureur (2021), a solicitação de exames contribui para determinar o diagnóstico e, por consequência, a gravidade da intoxicação, o que direciona a resposta da terapêutica e a tomada de decisões adequadas.

Posto isto, a necessidade de traçar estratégias para manejo de pacientes com intoxicação exógena é notoriamente enfatizada. Entretanto, não se pode inferir, quanto a solicitação de exames, se a ocorrência se trata da indisponibilidade ou do desconhecimento destes. Pode-se inferir, a partir dessa pesquisa, que muitas vezes o desconhecimento sobre o tema desencadeia uma assistência insipiente. Os autores Mesquita, Vilarinho e Barbosa (2022), destacam o déficit na formação de profissionais de saúde, com destaque aos médicos, e propõem a inserção de cursos para melhorar o cuidado integral. Outrossim, podemos destacar a importância da oferta de cursos, oficinas e treinamentos, que são fundamentais, além da implantação na APS de Protocolos Operacionais Padrão (POP's), indicando um fluxo coerente a ser seguido.

Percebe-se que a inserção de protocolos facilita a identificação eficaz dos sintomas. No gráfico 2 é possível perceber os sinais e sintomas mais notados pelos participantes da pesquisa. A prevalência foi das alterações gastrointestinais, seguida das neurológicas, respiratórias e outras (alterações dos sinais vitais, dermatológicas e físicos).

**Gráfico 2:** Sinais e Sintomas - Distribuição dos sinais e sintomas identificados entre os participantes (n = 40)



**Legenda:** Respostas múltiplas permitidas. Os participantes puderam apresentar mais de um sinal ou sintoma; portanto, a soma das frequências (n = 78) excede o total de participantes (n = 40). Os percentuais do gráfico foram calculados considerando o total de sinais e sintomas registrados.

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Na pesquisa realizada por Pasha *et al.* (2020), os sinais e sintomas mais evidentes são nos aparelhos respiratório e neurológico. Ainda, segundo os autores, percebe-se uma baixa na frequência respiratória, causando hipóxia ou a elevação de gases diferentes no plasma, como o dióxido de carbono. Corroborando com as ideias de Bateman *et al.* (2021), as alterações neurológicas comprometem os níveis de consciência e contração da pupila por longo período – podendo acarretar a obnubilação. Por essa razão, é imperativo avaliar utilizando a escala de Glasgow.

O nível de consciência foi um dado pontuado pelos participantes, mas se contrapõe quanto aos critérios utilizados para avaliar o paciente, pois apenas um participante referiu priorizar a utilização da escala de Glasgow para avaliar um critério

de gravidade. A frequência respiratória também é vista como critério de prioridade para gravidade, seguida pela instabilidade hemodinâmica, mas quando questionados quais os principais sintomas percebidos na avaliação inicial pontuaram com mais incidência os gastrointestinais. De acordo com as ideias de Carvalho et. al., (2025), é fundamental a inserção de políticas voltadas para a intervenção de casos de intoxicação exógena na APS.

Em 2017, a Organização Mundial da Saúde destacou uma escassez global de profissionais capacitados, em todos os níveis de atenção, para o manejo de intoxicação. Em consonância com esse cenário, outro aspecto que evidencia o limitado contato das UBS com essas ocorrências é a alta proporção de respostas em branco e a ausência de contrarreferência, que juntas somam 95% das respostas. Esse resultado revela uma fragilidade no fluxo de atendimento entre os diferentes níveis de assistência, gerando descontinuidade no cuidado e dificultando o acompanhamento de casos graves ou que demandam tratamento especializado. Além disso, o estudo qualitativo de De Freitas e Bordes (2017) reforça esse panorama ao relatar que, em uma pesquisa com profissionais de saúde, muitos associaram a intoxicação autoprovocada a uma tentativa de “chamar atenção”, percepção que pode contribuir para o desinteresse desses profissionais em buscar aprofundamento no manejo desse tópico.

Portanto, os dados analisados revelam de maneira inequívoca a urgente necessidade de promover a capacitação contínua dos profissionais das UBS no que tange aos critérios de aplicação dos diversos métodos de descontaminação, bem como de reforçar de forma estruturada a rede de referência e contrarreferência, considerando a significativa dependência de serviços hospitalares e do Serviço de

Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no manejo de casos de intoxicação exógena (SES, 2020). Essas iniciativas mostram-se imprescindíveis para garantir um atendimento mais eficiente, seguro e resolutivo aos pacientes, ao mesmo tempo em que favorecem uma integração mais coesa e funcional entre os diferentes níveis dos serviços de saúde.

Adicionalmente, a realidade constatada sublinha a relevância de estabelecer protocolos claros e bem delineados que aprimorem o fluxo assistencial, assegurando que os casos de maior gravidade sejam prontamente estabilizados nas UBS – com intervenções iniciais qualificadas – e encaminhados para suporte avançado no menor intervalo de tempo possível. Assim, será possível contribuir para a mitigação de riscos, a elevação da qualidade do cuidado prestado e a otimização dos desfechos clínicos.

### Papel da Unidade Básica de Saúde

O questionamento realizado de forma sequencial buscava compreender quais protocolos eram adotados pelas equipes nas UBS. Nesse contexto, a análise das respostas revela que a maioria das unidades básicas não lida diretamente com esses casos, que demandam suporte avançado de vida para intoxicações exógenas. A resposta mais frequente, “Não há demanda”, sugere duas possibilidades: ou os casos mais graves não chegam a esse nível de atenção primária, ou há uma percepção, entre os profissionais, de que esse tipo de atendimento não é responsabilidade das UBS, sendo delegado a outros níveis do sistema de saúde.

Além disso, destaca-se que, entre as condutas relatadas, a principal estratégia apontada foi o acionamento do SAMU, enquanto uma parcela menor indicou o encaminhamento direto dos pacientes para hospitais. Esse padrão evidencia que,

diante de uma intoxicação exógena, a abordagem predominante consiste em transferir rapidamente o paciente para serviços de maior complexidade, em vez de realizar intervenções iniciais mais avançadas no próprio local (Brasil, 2020). Tal prática pode estar associada tanto à falta de recursos materiais nas unidades quanto à ausência de treinamento específico para manejo desses casos na atenção básica.

Outro aspecto relevante é a menção, por parte de algumas equipes, ao oferecimento de suporte básico, justificado pela ausência de demanda significativa. Isso indica que, embora certas unidades possam estar preparadas para medidas iniciais – como estabilização do paciente ou administração de cuidados básicos –, elas raramente enfrentam situações que exijam suporte avançado. Pode-se inferir, ainda, que a estrutura disponível nas UBS não é suficiente para atender a casos mais complexos, o que reforça a dependência de serviços externos. Adicionalmente, a assistência domiciliar com equipe multiprofissionais (E-Multi) foi mencionada apenas uma vez, sugerindo que esse modelo de atendimento é pouco utilizado no manejo de intoxicações exógenas. É possível que sua aplicação se restrinja a casos específicos, como autointoxicações não intencionais por inseticidas ou agrotóxicos, que demandam acompanhamento prolongado em vez de intervenções emergenciais (Brasil, 2020).

Um ponto preocupante emerge da declaração de uma equipe que admitiu não possuir capacitação para lidar com esses casos. Essa lacuna de treinamento pode comprometer a segurança do paciente em situações de intoxicação aguda, especialmente se ocorrerem nas dependências da unidade. Tal fato corrobora a aparente inexistência de protocolos padronizados a serem seguidos, expondo uma fragilidade no preparo das equipes e na organização da UBS. Dessa forma, a falta de

diretrizes claras e de formação contínua pode limitar a capacidade de resposta na APS.

Ademais, as UBS, enquanto componentes integrantes dos Serviços de Saúde, possuem a responsabilidade de estarem preparadas para atuar na linha de frente no atendimento a eventos toxicológicos, como intoxicações e envenenamentos, que frequentemente se configuram como demandas espontâneas de caráter emergencial (SES, 2017).

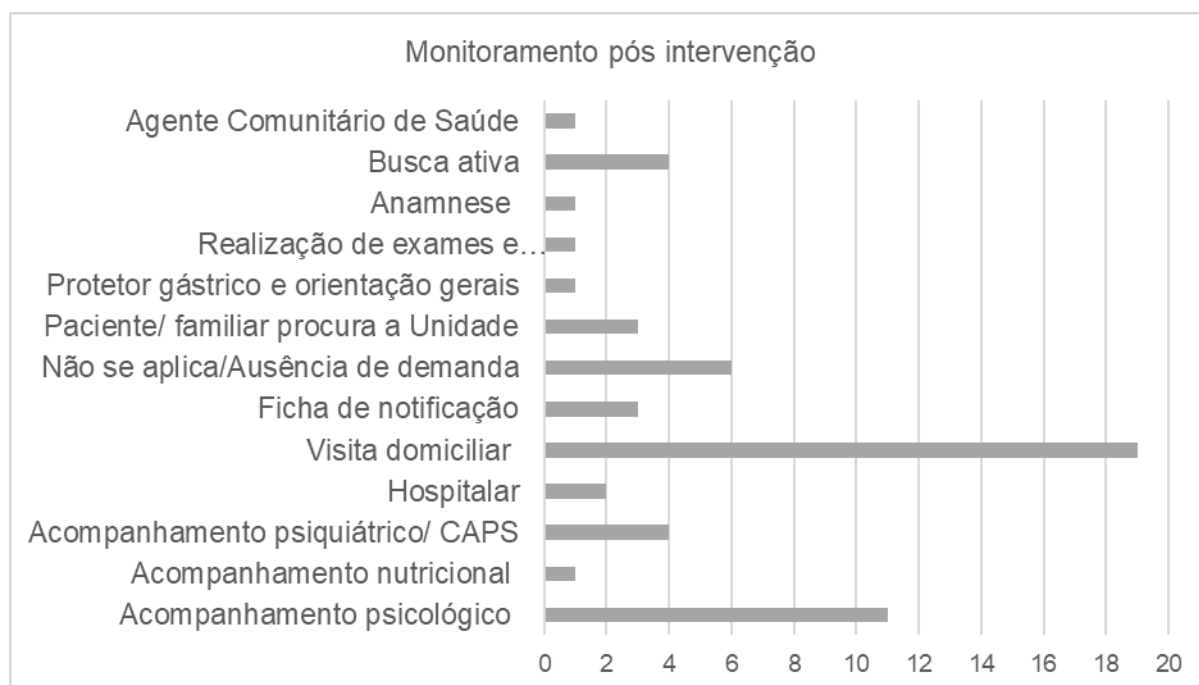
Nesse cenário, o papel do enfermeiro revela-se fundamental, uma vez que este profissional coordena e implementa a sistematização da assistência de enfermagem, assegurando a qualidade e a segurança do cuidado prestado desde a identificação inicial até a condução terapêutica. Tal processo abrange a avaliação dos sinais vitais, a identificação das causas da intoxicação por meio da análise da história clínica, dos sintomas apresentados e do exame físico, bem como a execução de procedimentos de descontaminação – como lavagem gástrica, administração de carvão ativado ou uso de laxativos – e, quando disponível, a aplicação de antídotos específicos (Cavalcanti; Souza, 2023). A atuação da equipe de enfermagem mostra-se indispensável no manejo dessas ocorrências, na APS contribuindo para a prevenção de complicações e adaptação da assistência ao perfil da intoxicação.

O monitoramento pós-intervenção evidencia a frequência das estratégias adotadas no acompanhamento dos pacientes após o episódio de intoxicação exógena. A visita domiciliar se destaca como a principal medida, sendo a mais utilizada, com 19 respostas. O acompanhamento psicológico também aparece como uma ação relevante, 11 respostas, demonstrando a importância do suporte emocional no processo de recuperação. Isso é ratificado por Soares *et al.* (2021), os quais expõem

que a capacitação dos profissionais de saúde para o manejo do comportamento suicida, o uso de instrumentos validados para a detecção de ideação suicida durante a anamnese, especialmente em pacientes com fatores de risco, e a organização de uma linha de cuidados integrais.

Outras estratégias observadas e descritas no gráfico 3 incluem a busca ativa, 4 respostas, o acompanhamento psiquiátrico via Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) (4 respostas) e a procura espontânea do paciente ou familiar pela UBS (3 respostas). Além disso, a ausência de demanda foi pontuada em 6 respostas, também foi um fator registrado, indicando casos em que não houve necessidade ou falta de interesse por parte tanto do paciente quanto dos profissionais para o monitoramento.

**Gráfico 3:** Monitoramento dos casos de intoxicação exógena pós intervenção inicial.



**Legenda:** Respostas múltiplas permitidas. Os participantes puderam receber mais de uma conduta ou encaminhamento, de modo que a soma das frequências ( $n = 57$ ) excede o total de participantes ( $n = 40$ ).

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Segundo Soares *et al.* (2021), os resultados indicam indícios de subnotificação devido à falta de preenchimento completo da ficha de notificação compulsória, o que reflete uma deficiência na sensibilização dos profissionais de saúde quanto à importância de realizar o preenchimento adequado dessa ficha, a fim de possibilitar dados suficientes para a criação de estratégias de prevenção.

É fundamental desenvolver estratégias voltadas para a promoção da qualidade de vida, sempre alinhadas aos princípios da integralidade e humanização. Paralelamente, o fortalecimento da educação em saúde por meio de campanhas educativas e a intensificação da fiscalização por parte dos órgãos governamentais podem contribuir significativamente para a redução dos casos de intoxicação exógena, promovendo uma melhor qualidade de vida para a população (Soares *et al.*, 2021; Silva, 2022).

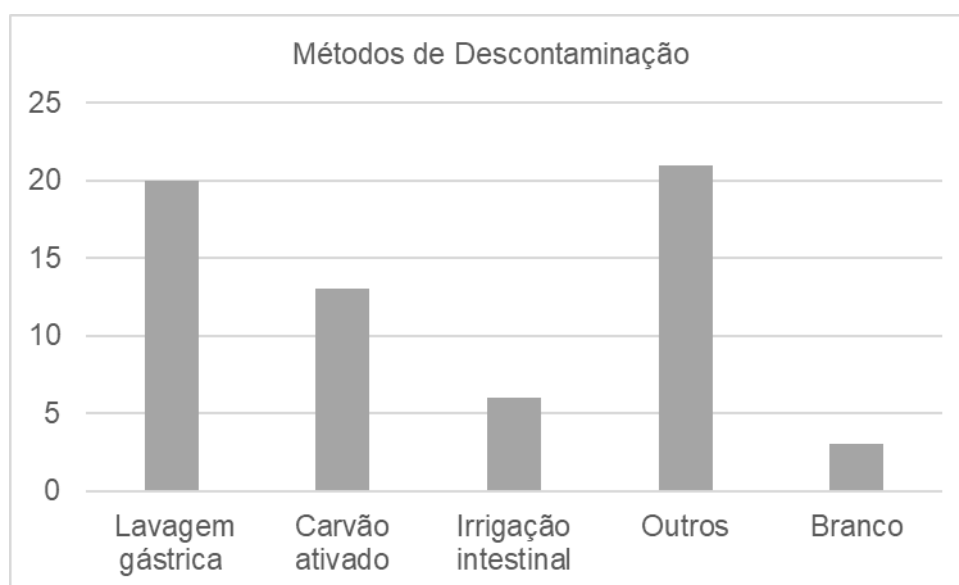
### Descontaminação

Os dados coletados nas UBS delineiam um panorama das práticas empregadas para a descontaminação em casos de intoxicação exógena. Nesse contexto, os métodos registrados foram apresentados na seguinte ordem de frequência: lavagem gástrica, uso de carvão ativado e irrigação intestinal, conforme o gráfico 4. Além disso, os profissionais entrevistados destacaram o encaminhamento para o hospital como o procedimento mais recorrente, sugerindo limitações na capacidade das UBS para o manejo desses casos (Sebek *et al.*, 2020).

A irrigação intestinal, por sua vez, é raramente indicada, exceto em casos de ingestão de substâncias pouco adsorvidas pelo carvão ativado. Sua baixa representatividade nos dados pode estar associada tanto à limitada disponibilidade

quanto ao conhecimento insuficiente sobre sua aplicação, especialmente como alternativa em situações de contraindicação do carvão ativado (Van oving; Veale; Muller, 2011). Adicionalmente, observa-se uma correlação entre os métodos mais utilizados e a percepção de que o atendimento a intoxicações exógenas configura uma demanda predominantemente hospitalar. Esse entendimento é reforçado pelo fato de que a maioria das respostas indicou a ausência de casos tratados nas UBS, com encaminhamento predominante para hospitais, sugerindo possíveis lacunas no preparo dos profissionais dessas unidades.

**Gráfico 4:** Principais métodos de descontaminação - Frequência das medidas de método de descontaminação nos participantes (n = 40)



**Legenda/Nota:** Respostas múltiplas permitidas. Os participantes puderam receber mais de uma intervenção, de modo que a soma das frequências (n = 63) excede o total de participantes (n = 40). Os percentuais foram calculados considerando o total de intervenções registradas.

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Articulando-se com o exposto anteriormente, o questionamento acerca da administração de antídotos nas UBS evidencia que essa prática é pouco frequente ou,

em muitos casos, inexistente. A resposta mais recorrente, “Não se aplica”, sugere que os profissionais dessas unidades não consideram a administração de antídotos uma atribuição típica desse nível de atenção ou que os casos que demandam tal intervenção são diretamente encaminhados para serviços de maior complexidade, como hospitais.

Um dado que merece destaque é a declaração de alguns profissionais de que não sabem informar sobre o tema, o que pode apontar para lacunas significativas acerca do uso e da indicação de antídotos. Nesse contexto, apenas duas respostas citaram antídotos específicos – Flumazenil, Naloxona e Acetilcisteína –, amplamente reconhecidos na literatura por seu uso no tratamento de intoxicações por benzodiazepínicos, opioides e paracetamol, respectivamente. A baixa frequência dessas menções indica que o conhecimento sobre a aplicação clínica desses medicamentos é limitado entre os profissionais das UBS ou que sua utilização não é uma prática consolidada nesse nível de atenção. Corrobora essa interpretação o fato de alguns entrevistados terem relatado “nunca ter feito uso de antídotos”, o que reforça a raridade desse procedimento no âmbito da atenção básica (Chiew *et al.*, 2018).

Outro ponto relevante é a menção, em uma única resposta, ao preenchimento da notificação epidemiológica. Esse registro demonstra uma preocupação com a vigilância sanitária e o monitoramento dos casos de intoxicação, mas não reflete, necessariamente, uma abordagem clínica imediata – que era o foco principal do questionamento. Paralelamente, duas respostas indicaram que a conduta adotada segue orientações de terceiros, como centros de controle de intoxicações. Essa dependência de suporte externo é compreensível, uma vez que tais centros são responsáveis por avaliar os casos e indicar o antídoto mais apropriado. Contudo, essa

prática também evidencia a ausência de autonomia na tomada de decisão por parte dos profissionais, o que pode estar associado a uma falta de preparo técnico ou à inexistência de protocolos claros para o manejo dessas situações.

### Pós-intervenção/Prevenção

Em relação aos dados apresentados sobre as principais complicações observadas no monitoramento pós-intervenção, destaca-se significativamente as alterações gastrointestinais e neurológicas, que foram relatadas em 12 respostas pelos profissionais da APS. Isso reforça a importância do acompanhamento clínico desses pacientes, considerando os impactos da intoxicação sobre o sistema nervoso e o trato digestivo, como náuseas, vômitos, dor abdominal, confusão mental e comprometimento neurológico. Isso é corroborado por Vieira, Luz, Cantão (2024), os quais relatam que a observação dos aspectos neurológicos é fundamental para identificar alterações graves e permitir intervenções precoces, garantindo a segurança funcional do paciente.

Além disso, outras complicações foram identificadas, como alterações pulmonares em 3 respostas, perda de peso e alterações cutâneas, dependência e sequelas incapacitantes, cada uma registrada com uma resposta. A presença de descontinuidade do tratamento e problemas de locomoção associados ao medo do paciente indicam desafios no seguimento adequado dessas pessoas.

No aspecto psicológico, houve registros de necessidade de manutenção psicológica, uma resposta, avaliação psicológica uma única resposta e até mesmo novas tentativas de intoxicação, que somaram uma resposta, o que evidencia a vulnerabilidade emocional desses pacientes e a necessidade de intervenções voltadas à saúde mental. O alto número de casos classificados como “não se aplica” (16

registros) sugere que uma parte significativa dos pacientes não apresentaram complicações relevantes ou não houve monitoramento contínuo.

Em relação à existência de protocolos de suporte avançado de vida, os dados coletados mostram que, na maioria dos casos (32 registros), não há diretrizes ou protocolos específicos utilizados pelas equipes das UBS para lidar com intoxicação exógena, o que pode indicar uma lacuna na padronização do atendimento e na capacitação dos profissionais para esses casos. Isso é confirmado por Vieira, Luz, Cantão (2024), que descrevem a falta dessa padronização no atendimento de urgência e emergência na APS. Adicionalmente enfatiza que é essencial estimular a comunicação e a interação social, familiar e interpessoal, bem como promover a integração entre diferentes setores, assegurando que as informações sejam atualizadas e mantidas de forma consistente de plantão a plantão, contribuindo para a continuidade da assistência.

Segundo Duncan, Schmidt, Giugliani (2022), embora não haja um protocolo específico para a abordagem da intoxicação exógena na APS, o manejo clínico de pacientes intoxicados na APS segue etapas comuns da semiologia e clínica médica, visando ao diagnóstico etiológico. Caso o agente seja desconhecido, tenta-se identificar a intoxicação por meio da síndrome apresentada. A anamnese é crucial, sendo útil conversar com o paciente, familiares ou testemunhas. O exame físico é fundamental, especialmente em pacientes sintomáticos e não colaborativos, ajudando na definição da gravidade e no direcionamento para o tratamento adequado, seja no serviço de APS ou em um hospital.

A estratégia mais frequentemente mencionada foi a realização de palestras de conscientização em sala de espera (E-multi), citada por 12 unidades, destacando-se

como uma prática consolidada para disseminar informação de forma acessível durante o atendimento rotineiro. Para Karal *et al.* (2022), a articulação entre a equipe multiprofissional pode tornar a gestão do cuidado mais harmônica e eficiente quando pré-estabelecida. Sendo uma medida que pode tornar as palestras mais proveitosas.

Em seguida, campanhas de educação em saúde em períodos específicos foram relatadas por 10 unidades, refletindo um foco em ações programadas em datas especiais, como durante surtos de doenças ou em campanhas nacionais. Além disso, a conversa direta com a família para evitar novos casos, também foi mencionada por 10 unidades, o que pode demonstrar o reconhecimento da importância do envolvimento familiar na prevenção de recaídas e na promoção de um ambiente seguro.

No mais, outras medidas relevantes incluem a orientação sobre a administração de medicamentos (6 unidades), destacando a preocupação com o uso correto de fármacos, apoio psicológico e médico (4 unidades), sugerindo uma abordagem mais holística e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) (3 unidades), relevante especialmente para intoxicações ocupacionais.

Por fim, uma unidade relatou não ter registrado casos de intoxicação, o que pode indicar uma realidade específica ou uma subnotificação. Esses achados reafirmam que, embora haja práticas consistentes em relação à educação em saúde, ainda existe espaço para fortalecer a uniformização das ações preventivas e integrar abordagens mais abrangentes, como apoio psicossocial e educação contínua, na atenção básica.

### Desafios

Em seguida, foi questionado quais são os desafios mais comuns no manejo de casos de intoxicação exógena na prática diária. Os desafios mais citados foram: Falta de equipamentos suficientes para os primeiros socorros (6 respostas): Isso indica uma limitação estrutural que pode comprometer a abordagem inicial dos casos de intoxicação. Tal fato está de acordo com as ideias de Kashiwakura et al (2021), que reforçam o papel do bem-estar estrutural da atenção básica brasileira na eficácia da resolutividade dos problemas.

A ausência de protocolos, recursos e falha na comunicação da contrarreferência (5 respostas): sugere dificuldades na organização do atendimento e no fluxo entre unidades de saúde, podendo levar a atrasos no manejo adequado. Para Brito, et al (2024), a falha na comunicação entre a equipe pode aumentar o número de subnotificações e dificultar a resolução do tratamento.

Além disso, três unidades relataram que o paciente e familiares não aceitam ajuda e duas unidades relataram abandono do tratamento, o que pode evidenciar a falta de conhecimento da população associada ao fato. No mais, outras equipes evidenciaram a falta de treinamento (2 respostas), o que aponta uma lacuna na capacitação dos profissionais que pode impactar a qualidade da assistência. Além de Subnotificação (1 resposta), o que pode mascarar a real incidência dos casos e dificultar a formulação de políticas públicas eficazes. Uma unidade relatou a conscientização da população e falta de adesão às orientações (1 resposta): sugerindo a necessidade de campanhas educativas.

### Foco da Pesquisa

Por último, foi questionado se o entrevistado gostaria de acrescentar alguma outra informação ou sugestão sobre o manejo de intoxicações exógenas. A sugestão que recebeu o segundo maior número de respostas se referiu à necessidade de capacitação profissional (4 respostas), o que reforça a percepção já identificada na questão anterior sobre a falta de preparo adequado das equipes. Assim, capacitações frequentes sobre diagnóstico, tratamento inicial e encaminhamento adequado podem contribuir para um atendimento mais eficaz e seguro.

Além disso, duas unidades afirmaram a necessidade por demanda de materiais educativos e fluxos organizados, como a criação de uma cartilha com orientações até a chegada do serviço especializado que foi mencionada por três unidades. Tal fato traz à tona a necessidade da elaboração de POP's para a Atenção Básica (2 respostas) e a notificação continuada e trabalho em equipe (1 resposta), destacando a importância de padronizar condutas e fortalecer a comunicação entre os profissionais.

Outrossim, questões estruturais e logísticas também foram mencionadas como a falta de um meio de transporte eficiente, que foi citada por duas unidades, evidenciando um problema que pode impactar a rapidez no atendimento e a transferência de pacientes em estado grave. O que é de acordo com as ideias de O'dwyer et al (2017), ao retratarem a constante falta do serviço móvel de urgência devido às nuances em sua implantação. Além disso, foi sugerida a melhoria no fluxo para a atenção especializada, especialmente psiquiatria (2 respostas), o que demonstra a necessidade de um encaminhamento mais ágil e eficiente para esses pacientes.

No mais, a relação entre intoxicação e transtornos mentais também foi evidenciada, principalmente no que se refere ao encaminhamento para grupos de

saúde mental (2 respostas) e referência ao CAPS para acompanhamento (1 resposta), sugerindo que muitos casos de intoxicação podem estar relacionados a condições como depressão e tentativas de suicídio, o que vai de acordo com as ideias de Fernandes et al (2018) ao relatarem a grande incidência de intoxicação exógena na população psiquiátrica.

Ademais, outras sugestões relevantes incluíram: vias de prevenção (1 resposta), apontando para a necessidade de campanhas educativas e estratégias para evitar intoxicações acidentais e intencionais; a observação, classificação de risco, triagem inicial e avaliação dos sinais vitais (1 resposta), reforçando a necessidade de um atendimento estruturado para casos de intoxicação e a orientação do SAMU sobre o manejo (1 resposta), evidenciando que nem todos os profissionais estão totalmente preparados para lidar com intoxicações e que a interação com o serviço de emergência pode ser aprimorada.

Por fim, 21 unidades não apresentaram sugestões de melhorias, o que pode ser fruto do desconhecimento sobre o tema, representando a grande maioria das respostas.

#### **4. Limitações do estudo**

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A amostra foi composta por profissionais de saúde selecionados por conveniência em um único município, o que limita a generalização dos achados para outras realidades da APS. Além disso, os dados foram obtidos por meio de questionário semiestruturado e basearam-se na percepção e no relato dos participantes, estando sujeitos a vieses de memória e interpretação. Outra limitação

refere-se à ausência de análise documental de prontuários, fichas de notificação ou registros institucionais, impossibilitando a confirmação objetiva de aspectos como subnotificação e falhas no processo de contrarreferência. Apesar dessas limitações, o estudo contribui para a compreensão dos desafios enfrentados pelos profissionais da APS no manejo das intoxicações exógenas e aponta aspectos relevantes para o aprimoramento da assistência.

## 5. Conclusão

A presente pesquisa destacou que a intoxicação exógena é um problema na APS, apontando algumas situações como, por exemplo, a falta de capacitação profissional, a ausência de protocolos padronizados e as possíveis falhas na notificação e na comunicação entre os níveis assistenciais. A anamnese foi a principal ferramenta diagnóstica identificada, outro ponto crítico identificado foi a dependência excessiva da APS em relação a serviços de maior complexidade. Além disso, a falta de protocolos específicos contribui para a inconsistência nas condutas impostas, gerando fragilidade no atendimento.

A análise dos dados também revelou falhas na referência e contrarreferência de pacientes, dificultando o acompanhamento após o episódio de intoxicação. A ausência de monitoramento contínuo pode comprometer a prevenção de novos casos, principalmente entre indivíduos que utilizam a intoxicação como método de autoextermínio.

Além das dificuldades na abordagem direta dos casos, evidencia-se uma deficiência na educação continuada dos profissionais de saúde, o que compromete a qualidade da assistência prestada. Falta capacitações regulares sobre intoxicação

exógena, uso de antídotos, técnicas de descontaminação e manejo clínico de emergência, orientação, POPs poderiam ser uma estratégia, pois a pesquisa também apontou que a educação em saúde e a prevenção são áreas que precisam ser fortalecidas.

Diante desse panorama, conclui-se que é fundamental investir na qualificação dos profissionais da APS, na estruturação de fluxos assistenciais mais eficazes e no fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde, avançando significativamente a assistência prestada a pacientes intoxicados.

## Referências

ASHCROFT, R. *et al.* Nurturing an organizational context that supports team-based primary mental health care: A grounded theory study. **Plos one**, v. 19, n. 4, p. e0301796, 2024. DOI: [10.1371/journal.pone.0301796](https://doi.org/10.1371/journal.pone.0301796).

AZ, A. ORHAN C, SOGUT O. Suicide attempts and the factors that lead to suicidal ideation: A 3-year analysis. **Cal.**, v. 10, n. 6, p. 745-753, 2023. DOI: [10.14744/nci.2023.81598](https://doi.org/10.14744/nci.2023.81598). Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10846586/>.

BATEMAN, J. T.; SAUNDER, S. E.; LEVITT, E. S. Understanding and countering opioid-induced respiratory depression. **British Journal of Pharmacology**, v. 180, n. 7, p. 813–828, 2021. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8997313/>. DOI: [10.1111/bph.15580](https://doi.org/10.1111/bph.15580).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública. **Diretrizes brasileiras para o diagnóstico e tratamento de intoxicação por agrotóxicos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2020. 125 p. Disponível em: [http://conitec.gov.br/images/Protocolos/Publicacoes\\_MS/20210113\\_Diretrizes\\_intoxicacoes\\_agudas\\_agrotoxicos.pdf](http://conitec.gov.br/images/Protocolos/Publicacoes_MS/20210113_Diretrizes_intoxicacoes_agudas_agrotoxicos.pdf).

BRITO, D. C. *et al.* Strategies used by nurses regarding underreporting of rural work accidents due to pesticide use. **Rev Bras Enferm**, v. 77, n. 2, p. e20230384, 2024. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1559482>. DOI: [10.1590/0034-7167-2023-0384](https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0384).

BUCARETCHI, F. BARACAT, E. C. Exposições tóxicas agudas em crianças: um panorama. **J Pediatr**, v. 81, n. 5, p. 212-222, 2005. DOI: [10.1590/S0021-](https://doi.org/10.1590/S0021-)

75572005000700012. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/jped/a/P7TKbTYVvyftzLGGLftghmFf/>.

CARVALHO, A. A. *et al.* O manejo da intoxicação por opioides na emergência e formas de prevenção. **Revista Eletrônica Acervo Médico**, v. 25, p. e18395, 2025. DOI: <https://doi.org/10.25248/reamed.e18395.2025>.

CAVALCANTI, I. C. L.; SOUZA, P. L. C. Importância da educação continuada entre profissionais de saúde da rede de atenção à saúde para uma qualificação no atendimento dos quadros de intoxicação entre populações expostas aos agrotóxicos. **Editora Científica Digital**, v. 1, p. 131-40, 2023. DOI: [10.37885/230513229](https://doi.org/10.37885/230513229).

CHIEW, A. L. *et al.* Interventions for paracetamol (acetaminophen) overdose. **Cochrane Database Syst Rev**, n. 2, p. CD003328, 2018. doi: [10.1002/14651858.CD003328.pub3](https://doi.org/10.1002/14651858.CD003328.pub3).

DE FREITAS, A. P. A.; BORGES, L. M. Tentativas de suicídio e profissionais de saúde: significados possíveis. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 560-577, 2014. DOI: [10.12957/epp.2014.12560](https://doi.org/10.12957/epp.2014.12560).

DUNCAN, B. B. *et al.* **Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências**. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2022. E-book. pág.2229. ISBN 9786558820437.

FERNANDES, M. A. *et al.* Transtornos mentais e comportamentais por uso de substâncias psicoativas em hospital psiquiátrico. **Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog**, v. 13, n. 2, p. 64-70, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/149296>.

HANUSCIN, C. *et al.* Socio-demographic and mental health profile of admitted cases of self-inflicted harm in the US population. **International journal of environmental research and public health**, v. 15, n. 1, p. 77, 2018. DOI: [10.3390/ijerph15010077](https://doi.org/10.3390/ijerph15010077). Disponível: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29304027/>.

HERNÁNDEZ-CALLE, D.; MARTÍNEZ-ALÉS, G.; LÓPEZ-CUADRADO, T. Suicidal and accidental drug poisoning mortality among older adults and working-age individuals in Spain between 2000 and 2018. **BMC geriatrics**, v. 22, n. 1, p. 114, 2022. DOI: [10.1186/s12877-022-02806-0](https://doi.org/10.1186/s12877-022-02806-0).

HURTADO, D. *et al.* Principal causes of acute poisoning in an emergency service: experience between 2014 and 2021 at a University Hospital in Southwestern Colombia. **Scientific reports**, v. 14, n. 1, p. 3544, 2024. DOI: [10.1038/s41598-024-54159-w](https://doi.org/10.1038/s41598-024-54159-w).

KAROL, A. Fluxograma multiprofissional para atendimento de intoxicações agudas por agrotóxicos na atenção primária à saúde. **UNDES [tese mestrado]**. Centro de Educação Superior do Oeste, Universidade do Estado de Santa Catarina; 2022. Disponível em:

[https://www.udesc.br/arquivos/ceo/id\\_cpmenu/771/Adriane\\_Karal\\_16478652889819\\_771.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/ceo/id_cpmenu/771/Adriane_Karal_16478652889819_771.pdf).

KASEMY, Z. A. *et al.* Trend and epidemiology of suicide attempts by self-poisoning among Egyptians. **PLoS One**, v. 17, n. 6, p. e0270026, 2022. DOI: 10.1371/journal.pone.0270026. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9202942/>.

KASHIWAKURA, H. K. *et al.* Retrato da atenção básica no Brasil: gastos e infraestrutura em municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 3397-3408, 2021. DOI: 10.1590/1413-81232021269.2.37112019.

MESQUITA, G. V.; VILARINHO, M. V. L. M.; BARBOSA, U. M. Análise dos conhecimentos dos internos de medicina sobre o manejo das Intoxicações Exógenas. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, p. e10511628808, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.28808.

MORENO, X.; MORENO, F. Attitudes towards seeking psychological help among community dwelling older adults enrolled in primary care in Chile. **BMC geriatrics**, v. 24 n. 1, p. 386, 2024. DOI: 10.1186/s12877-024-04986-3.

O'DWYER, G. *et al.* O processo de implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência no Brasil: estratégias de ação e dimensões estruturais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 7, p. e00043716, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-889725>.

PASHA, A. K. *et al.* Substance use disorders: Diagnosis and Management for Hospitalists. **Journal of Community Hospital Internal Medicine Perspectives**, v. 10, n. 2, p. 117-126, 2020. DOI: 10.1080/20009666.2020.1742495.

PUREUR, R. P. **Um Olhar Bioquímico para Doenças**. São Paulo: Appris, 2021.

SEBEK, L. L. G. *et al.* A diagnostic tool for self-poisoned patients: Analysis of gastric content and lavage fluids. **Neth J Med**, v. 78, n. 6. p. 404-7, 2020. PMID: 33380548.

SES – Secretaria de Estado da Saúde. **Caderno de Toxicovigilância: volume II - Intoxicação: orientações para notificação no SINAN**. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde; 2017. Disponível em: <https://cvs.saude.sp.gov.br/zip/Caderno%20de%20Toxicovigil%C3%A2ncia%20II%20-%20SINAN%20-%20internet.pdf>.

SES – Secretaria de Estado da Saúde. **Intoxicação exógena: CID-10: T65.9 - Características gerais, vigilância epidemiológica e notificação**. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde; 2020. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/upload/arquivos/202201/31102342-intoxicacao-exogena-guia-de-vigilancia-em-saude.pdf>.

SILVA, G. M. Intoxicações exógenas: análise situacional e educação em saúde na V Região de Saúde no estado de Pernambuco. **[tese doutorado]**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco; 2020, 373 f. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/9681>.

SOARES, J. Y. S.; DE LIMA, B. M.; VERRI, A. I. Perfil epidemiológico de intoxicação exógena por medicamentos em Brasília. **Revista de atenção à saúde**, v. 19, n. 67, p. 218-233, 2021. DOI:10.13037/ras.vol19n67.7335.

VIEIRA, G. C.; LUZ, A. J. C.; CANTÃO, B. C. G. Acidentes e intervenções relacionados à intoxicação exógena. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 6, p. e15907, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W4399347059>.

VIEIRA, L. S. T.; PACHECO, C. S. V. A influência do biomédico na análise da intoxicação aguda por carbamato. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 5, p. 6324-6344, 2024. DOI:10.51891/rease.v10i5.14230.

ZHENG, W. *et al.* Identification of risk factors for attempted suicide by self-poisoning and a nomogram to predict self-poisoning suicide. **Frontiers in public health**, v. 11, p. 1106454, 2023. DOI: 10.3389/fpubh.2023.1106454.

## Anexo de Tabelas

**Tabela 1** - Frequência absoluta e percentual das informações obtidas durante a avaliação inicial dos participantes (n = 40).

| Categoria                    | n (%)     |
|------------------------------|-----------|
| Anamnese                     | 32 (80,0) |
| Identificação de substâncias | 16 (40,0) |
| Outros                       | 16 (40,0) |
| Exames laboratoriais         | 3 (7,5)   |

**Legenda:** Respostas múltiplas permitidas. Os percentuais foram calculados com base no total de participantes (n = 40). Como um mesmo participante pôde apresentar mais de uma categoria de informação, a soma dos percentuais excede 100%.

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024.

**Tabela 2** - Frequência absoluta e percentual dos sinais e sintomas identificados entre

os participantes

| Sinais e sintomas          | n (%)     |
|----------------------------|-----------|
| Sintomas gastrointestinais | 21 (52,5) |
| Alterações neurológicas    | 20 (50,0) |
| Outros                     | 19 (47,5) |
| Alterações respiratórias   | 18 (45,0) |

**Legenda:** Respostas múltiplas permitidas. Os percentuais foram calculados considerando o total de sinais e sintomas registrados (n = 78), e não o número de participantes.

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024.

**Tabela 3** - Frequência absoluta e percentual das condutas e encaminhamentos realizados aos participantes pós intervenção.

| Conduta/Encaminhamento                       | n (%)     |
|--|-----------|
| Visita domiciliar                            | 19 (47,5) |
| Acompanhamento psicológico                   | 11 (27,5) |
| Não se aplica/Ausência de demanda            | 6 (15,0)  |
| Acompanhamento psiquiátrico/CAPS             | 4 (10,0)  |
| Busca ativa                                  | 4 (10,0)  |
| Paciente/familiar procura a Unidade          | 3 (7,5)   |
| Ficha de notificação                         | 3 (7,5)   |
| Hospitalar                                   | 2 (5,0)   |
| Acompanhamento nutricional                   | 1 (2,5)   |
| Protetor gástrico e orientações gerais       | 1 (2,5)   |
| Realização de exames e acompanhamento médico | 1 (2,5)   |
| Anamnese                                     | 1 (2,5)   |

|                             |         |
|-----------------------------|---------|
| Agente Comunitário de Saúde | 1 (2,5) |
|-----------------------------|---------|

**Legenda:** Percentuais calculados com base no total de participantes (n = 40). Como foram permitidas respostas múltiplas, a soma dos percentuais excede 100%.

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2024.

**Tabela 4** - Frequência absoluta e percentual das métodos de descontaminação e intervenções realizadas

| Intervenção          | n (%)     |
|----------------------|-----------|
| Outros               | 21 (52,5) |
| Lavagem gástrica     | 20 (50,0) |
| Carvão ativado       | 13 (32,5) |
| Irrigação intestinal | 6 (15,0)  |
| Branco               | 3 (7,5)   |

**Legenda:** Percentuais calculados com base no total de participantes (n = 40). Como foram permitidas respostas múltiplas, a soma dos percentuais ultrapassa 100%.

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa, 2026.